

ACTA N.º XXV / 2008

-----Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Monchique, no edifício dos *Paços do Município* e salão nobre, realizou-se a reunião ordinária da *Câmara Municipal*, sob a presidência do senhor presidente da Câmara, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS TUTA, com a presença dos senhores Vereadores:-----

-----▪ ANTÓNIO MANUEL MOREIRA DA SILVA MIRA;-----

-----▪ CARLOS HENRIQUE CORREIA ALVES;-----

-----▪ RUI PATRÍCIO DOS RAMOS ANDREZ;-----

-----▪ JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES.-----

-----Não se verificou qualquer ausência.-----

-----Para cumprimento do disposto na alínea *p*), do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, foi estabelecida a ORDEM DO DIA pelo senhor presidente da Câmara, conforme Edital n.º EM-E.028/2008, de 13-Nov, [Anexo 1], com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**PONTO I: Período Antes da Ordem do Dia:**-----

-----1.1. Resumo Diário da Tesouraria.-----

-----1.2. Expediente Geral.-----

-----1.3. Intervenções dos membros.-----

-----**PONTO II: Período da Ordem do Dia:**-----

-----2.1. Apreciação e deliberação sobre obras particulares e licenciamentos:-----

-----2.1.1. Pedidos de Informação Prévia:-----

-----2.1.1.1. Reg. 8155/2008 – Ampliação da unidade produtiva de enchidos tradicionais – Idália Duarte & António Sequeira Duarte, Sítio da Serra, Monchique;-----

-----2.1.2. Projectos de Especialidades:-----

-----2.1,2.1. Proc.49/2007 – Alteração e ampliação de edifício e anexo existente para hospedaria com piscina – *Orbit Software, Lda*, Corte Pereiro, Monchique;-----

-----2.1.2.2. Proc.16/2008 – Instalação de estabelecimento de fabrico da pastelaria em construção existente – Carla Cristina Santos Correia Duarte Luz, EN 267, Marmetele;---

-----**2.2. Apreciação e deliberação sobre Propostas dos Membros:**-----

-----**2.2.1.** Celebração de protocolo com a *Associação Comercial de Portimão* para a iluminação decorativa de Natal'2008, em Alferce, Casais, Marmete e Monchique [XXV.01/2008, de 28-Out] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS);-----

-----**2.2.2.** Proposta de aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve [XXIV.01/2008, de 28-Out] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS);-----

-----**2.2.3.** Adesão do *Município de Monchique* às *Zonas de Intervenção Florestal de Monchique* e Arroio / Portela da Viúva [XXIV.04/2008, de 28-Out] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS).-----

-----**PONTO 3: Período de Intervenção do Público.**-----

-----A reunião foi secretariada por VICTOR MANUEL DOS SANTOS CORREIA, *chefe do gabinete de apoio pessoal* do senhor presidente da Câmara e por este designado para acompanhar e secretariar os trabalhos da reunião e redigir a presente acta.-----

-----E sendo 10:42 horas, o senhor presidente da Câmara, verificada a existência de quorum, declarou aberta a reunião.-----

-----**PONTO I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto 1.1 – Resumo Diário da Tesouraria:**-----

-----O *Executivo* tomou conhecimento das disponibilidades do *Município*, através do *Resumo Diário de Tesouraria* n.º 222/2008, de 17-Nov, que evidenciava os saldos de: € 825.505,66, em Operações Orçamentais e € 408.217,91, em Operações Não Orçamentais. O documento constitui anexo à acta [Anexo 2] e dele foi distribuída cópia aos membros.--

-----**Ponto 1.2 – Expediente Geral:**-----

-----**Ponto 1.2.1 – Convocatória** – registo n.º 8.523/08, de 11-Nov: Foi presente comunicação da *Turismo do Algarve*, a convocar o senhor Presidente para reunião extraordinária da *Assembleia Geral* da entidade, no dia 20-Nov, pelas 15:00 horas, na sede da *ERTA*, em Faro [Anexo 3]. A *Câmara Municipal* tomou conhecimento.-----

-----**Ponto 1.2.2 – Reunião com a Águas de Portugal** – registo n.º 8.577/08, de 12-

Nov: Foi presente o fax ref.^a Sai-AMAL/2008/1003, de 12-Nov, da AMAL, a convocar o senhor presidente para reunião com o senhor Eng.º Pedro Serra, presidente da *Águas de Portugal, SA*, no dia 18-Nov, pelas 17:00 horas, na sede da AMAL, para discussão e apresentação dos modelos e soluções para interligação de redes em baixa e em alta, de abastecimento e água e esgotos [Anexo 4]. A *Câmara Municipal* tomou conhecimento.---

-----**Ponto 1.2.3 – Visita da Comissão Europeia ao Algarve** – registo n.º 8.601/08, de 13-Nov: Foi presente mail de 12-Nov, do senhor presidente da *CCDR Algarve* a informar sobre a visita, ao Algarve, da *Comissão Europeia para a Política Regional*, senhora Danuta Hübner, acompanhada de sua excelência o senhor *Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Prof. Doutor Nunes Correia*, e, a convidar o edil para o encontro informal no *Teatro Municipal de Faro*, no dia 14-Nov, pelas 18:45 [Anexo 5]. A *Câmara Municipal* tomou conhecimento.-----

-----**Ponto 1.2.4 – Apresentação de cumprimentos** – registo n.º 8.602/08, de 13-Nov: Foi presente o ofício ref.^a 1628/IO, de 07-Nov, do comandante do *Grupo Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana, Tenente-Coronel Francisco Ferreira de Matos Sousa*, a apresentar cumprimentos ao assumir o comando da unidade territorial daquela força policial [Anexo 6]. A *Câmara Municipal* tomou conhecimento.-----

-----**Ponto 1.3 – Intervenção dos membros do órgão:**-----

-----O edil introduziu o ponto, emitindo congratulação à *Escola EB 2,3 de Monchique* pela segunda posição no ranking, ao nível do Algarve, em matéria da classificação obtida nos exames dos alunos.-----

-----De seguida, inquiriu se os membros tinham informações a prestar ou solicitar ao *Executivo*, tendo-se registado a inscrição dos senhores José Armando Lopes, Rui Andrez, Carlos Henrique Alves e António Mira, do que se retrata sucintamente o seguinte:-----

-----**1.3.1. Intervenção do senhor vereador José Armando Lopes:**-----

-----O senhor vereador dirigiu-se ao *Executivo*, confidenciando que esperava ter obtido do senhor presidente a resposta a dois assuntos que já questionara na reunião anterior e que o senhor vice-presidente tinha informado que os remeteria para o edil em virtude de serem matérias da sua área, a saber:-----

-----▪ *Remoção de viaturas abandonadas no parque de São Sebastião* – inquiriu qual o

processo adoptado relativamente às viaturas abandonadas no parque;-----

-----▪ *Modelo de exploração do Mercado Municipal* – perguntou qual o modelo de exploração do equipamento, se com as pessoas lá estabelecidas entraram por meio de candidatura e se existia algum contrato entre elas e o Município.-----

-----**1.3.2. Intervenção do senhor vereador Rui Andrez:**-----

-----O senhor vereador dirigiu-se ao Executivo sobre o seguinte:-----

-----▪ *Pedidos de informação anteriores* – reclamou a falta de resposta aos pedidos de informação efectuados anteriormente, nomeadamente sobre a conclusão das obras no largo dos Chorões e conseqüente homenagem ao *Dr. Humberto Messias*, o ordenamento de trânsito na Rua Serpa Pinto e a reunião que tinha ficado de se realizar sobre este assunto.-

-----▪ *EN 266 - Monchique/Portimão* – informou que já estava a surgir novamente uma depressão no pavimento, em Barracão. Disse não se a Câmara tinha acompanhado ou não a realização dos trabalhos e se devia ou não fazê-lo, porém alguém seria responsável pela situação. Considerou que as coisas vinham sendo mal atamancadas.-----

-----**1.3.3. Intervenção do senhor vereador Carlos Henrique Alves:**-----

-----O senhor vereador dirigiu-se ao Executivo sobre o seguinte:-----

-----▪ *Despedimento de 12 pessoas na Sociedade das Termas de Monchique* – dizendo ter tomado conhecimento que foram despedidas 12 funcionários daquela unidade turística, lembrou que fora criada uma expectativa de que seriam efectuados melhoramentos e criados novos postos de trabalho, houve um investimento municipal muito forte no local, assim como fundos comunitários. Referindo que o senhor presidente costumava tratar os responsáveis do empreendimento por “tu” e que há dois mandatos atrás no programa do PS as Caldas eram uma referência, perguntou qual era solução que o edil tinha para aquela zona e situação ora criada. Explanou que numas minas no Alentejo, o autarca local tinha sugerido a aquisição pela parte pública e que para as Caldas talvez se pudesse chamar a propriedade do mesmo para que voltasse a funcionar.-----

-----▪ *EN 266 - Monchique/Portimão* – reiterou o que dissera na reunião anterior, lembrando a delonga no tempo até à reparação das patologias e que após as obras terminadas, estavam mais agravadas. Considerou que se devia ter acautelado a situação e que se estava perante o desleixo total para a única acessibilidade para Monchique.---

-----▪ *Terreno na Fóia à venda com projecto de hotel aprovado* – dizendo que estava colocada uma placa publicitária num terreno contíguo à estrada da Fóia, abaixo da Santinha, referente à alienação daquele para o qual existia hotel aprovado, solicitou explicação sobre o assunto e se tinha sido deferido algum projecto para o local, uma vez que desconhecia tal situação.-----

-----▪ *Snack-bar A Nora e lojas da Fóia* – perguntou qual o ponto de situação sobre os processos de cessão de exploração daqueles espaços.-----

-----▪ *Lista de candidaturas a fundos comunitários que passaram pela AMAL* – disse que pretendia ser esclarecido sobre a relação entre a AMAL e a autarquia, que candidaturas a financiamento comunitário e quais tinham passado por aquele organismo provenientes do *Município de Monchique* e qual seria a intervenção quanto a novas candidaturas.-----

-----Procedeu à entrega de requerimento [[Anexo 7](#)] sobre o mesmo assunto.-----

-----**1.3.4. Intervenção do senhor vice-presidente António Mira:**-----

-----O senhor vice-presidente dirigiu-se ao Executivo sobre o seguinte:-----

-----▪ *Transportes escolares* – informou sobre a relação de transportes escolares para o ano lectivo em curso e procedeu à entrega do mapa [[Anexo 8](#)] aos membros do órgão.-----

-----Respondeu o senhor Presidente quanto às questões colocadas na reunião anterior se iria inteirar, uma vez que estivera ausente por motivo de saúde e não as conhecera ainda. Quanto a candidaturas à AMAL disse que a Câmara não as apresentava àquela entidade. No que se reporta a terreno na Fóia para um hotel, referiu que em 2004/ 2005 tinha havido um pedido em que o processo caducara, não existindo actualmente qualquer projecto para o efeito. No que concerne à EN 266, disse que não sendo uma obra municipal, o pessoal da Divisão de Serviços Urbanos tinha estado presente, tendo os trabalhos sido acompanhados pelo dono da obra – *Estradas de Portugal, EP* –, os quais ainda não estavam terminados, referiu que no que se refere ao abatimento verificado na zona do Barracão já tinha sido informado o *Director de Estradas* e solicitado intervenção célere. Registou que as obras tinham levado vários dias, não tinha sido num meio dia. Quanto aos despedimentos na *Sociedade das Termas de Monchique* rejeitou que tratava os responsáveis por “tu”. Aitou que tinha sido informado que, por motivo da recessão iriam haver alguns despedimentos, em especial na área administrativa, pese embora fosse ocorrer um

reforço do pessoal da área do SPA. Esclareceu que em 1998, 1999 e 2000, tinha havido financiamento no espaço público daquela aldeia, em virtude de ter sido e ainda se considerar um projecto âncora. Relativamente às obras no Largo dos Chorões e Rua Serpa Pinto disse que a partir do dia 1 de Dezembro a rua ficaria apenas com um sentido, o ascendente, até por causa da intervenção de reforço que a PT pretendia efectuar em S. Roque. Referiu ter contactado com os residentes e comerciantes estabelecidos, tendo alguns acorrido à Câmara sobre a matéria. Informou que já foram feitos contactos com a *Masitrave* para aquisição e colocação dos painéis e sinalização adequada. Quanto a viaturas abandonadas no parque disse que era necessário saber quem eram os proprietários, sendo a GNR a entidade que o conseguia apurar, para o que já tinha sido contactada. Quanto ao *Mercado Municipal* informou que não havia qualquer contrato celebrado com as pessoas que estavam no equipamento, nem taxa cobrada, funcionando assim há vários anos. Elucidou que já estavam elaborados os modelos de cessão exploração do snack-bar *A Nora* e das lojas na Fóia, aguardando a entrega dos mesmos por parte da sua adjunta, que se encontrava ausente por motivo familiar.-----

-----Interveio o senhor vereador Carlos Henrique Alves corrigindo que quando se referiu a tratamento por “tu” era apenas um simbolismo pelo facto de ter privilégio no acesso aos responsáveis, devendo interessar-se sobre o assunto e não se resignar. Sobre a EN 266 disse que quando a então *Junta Autónoma de Estradas* quisera fechar a estrada por causa das pontes, tal não tinha ocorrido por causa da deslocação dos técnicos ao local. Salientou que a expressão “meio-dia” que utilizou sobre o prazo da intervenção tinha sido simbólica e que pretendia dizer que tinha sido muito pouco tempo, quando a espera tinha sido tão longa. Lamentou que o edil fosse resolver, a pretexto da PT, a questão do ordenamento do trânsito na Rua Serpa Pinto, quando devia ter reunido com as pessoas. Disse que as pessoas que se tinham deslocado à Câmara por causa da GNR. Terminando, disse que o edil se estava a furtar à discussão com as pessoas, escudando-se que não tinha resolvido o assunto por causa da oposição. Tal acto espelhava a impotência e insensibilidade do senhor presidente para com as pessoas de Monchique.-----

-----Perguntou o senhor vereador Rui Andrez se o dia 1 de Dezembro era definitivo ou provisório. Salientou que havia dualidade de opiniões no *Município*, pois o senhor

chefe de *divisão da rede viária* apontava os dois sentidos na Rua Serpa Pinto como a melhor solução, a *Câmara* deliberara reunir com comerciantes e residente, e, o senhor presidente entendera agora o contrário, voltando à situação inicial e passara o assunto para a frente sem ter reunido com a população.-----

-----Reagiu o edil que o trânsito num sentido era definitivo e decorrente da opinião dos residentes e comerciantes na Rua Serpa Pinto. Quanto às críticas proferidas pelo senhor vereador Carlos Henrique Alves disse «*não estou para «embalá-lo»*, ao que o visado devolveu de imediato dizendo «*embalar-me!?, quem andou consigo às costas fui eu*», ao que o edil respondeu «*eu é que o levei muitas vezes às costas para casa*».-----

-----Retomou o senhor vereador Rui Andrez entendendo que a *Câmara* era desrespeitada pelo senhor presidente. Alertou para que a homenagem ao *Dr. Humberto Messias* não fosse confundida com campanha política. Solicitou cópia da carta expedida ao *Director de Estradas*. Proferiu que a intervenção na EN 266 só avançara após a deliberação da *Câmara* e lamentou a falta de acompanhamento dos trabalhos.-----

-----Interveio o senhor vereador José Armando Lopes apontando que as obras nos arruamentos urbanos estavam terminadas e a rotunda em frente ao parque permanecia inacabada. Congratulou a decisão de retomar ao trânsito num só sentido na Rua Serpa Pinto e lamentou que os habitantes de São Roque ficassem novamente prejudicados e de os acessos não serem possíveis de resolver, porque a *Câmara* não resolvera, assim como as pessoas deixarem os carros no Largo dos Chorões várias horas e sem pagar.-----

-----Retomou o senhor vereador Carlos Henrique Alves dizendo que as obras foram feitas no pressuposto de se criar apenas um sentido e que os dois sentidos tinha tirado alguns lugares de estacionamento. Considerou que não era o presidente que tinha que tomar a decisão sozinho, e agora a pretexto das obras da *PT*, pois não era a meio do desenrolar das coisas que se decidia. Lamentou que os residentes e os comerciantes estabelecidos naquela rua tivessem estado tanto tempo prejudicadas naquela situação.--

-----Interveio o senhor presidente lembrando que tinha sido aprovado um período experimental até ao final do verão, e que, após ter falado com os residentes e comerciantes, tal como os senhores vereadores o tinham feito, retomara-se o modelo que anteriormente às obras esteve em funcionamento.-----

-----PONTO II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----Alteração à Ordem de Trabalhos: [Proposta n.º 017/2008, de 18-Nov]: O Edil, considerando a comunicação de 11-Nov-2008, da *ACRAL*, subordinada ao assunto «*Alargamento do Horário*», recebida em 12-Nov-2008, sob o registo n.º 8578, propôs a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos da Reunião XXV / 2008: «*Alargamento do horário de funcionamento das lojas de comércio local, entre 20-Nov e 31-Dez [XXIV. 04/2008, de 18-Dez] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS)*».

-----Não havendo quaisquer intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.

-----O senhor presidente, pelas 11:41 horas, ausentou-se da reunião, passando esta a ser dirigida pelo senhor vice-presidente.

-----Ponto 2.1 – **Apreciação e deliberação sobre obras particulares:**-----

-----O edil introduziu o ponto e para o esclarecimento das eventuais dúvidas suscitadas pelos membros do órgão sobre os assuntos agendados, pediu a presença da *chefe da divisão de urbanismo e ambiente, Arq. Rosalina Cristina*.

-----Pelas 11:43 horas, a dirigente compareceu na reunião.

-----Entretanto o edil ausentou-se da reunião tendo o senhor vice-presidente assumido o comando dos trabalhos da reunião.

-----**Ponto 2.1.1 – PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA:**-----

-----**Ponto 2.1.1.1 – Reg. 8155/2008 – Ampliação da unidade produtiva de enchidos tradicionais – Idália Duarte & António Sequeira Duarte, Sítio da Serra, Monchique:**-----

-----O proponente, titular do pelouro das Obras Particulares, através de proposta apensa à acta [Anexo 9], e considerando: 1) a informação n.º P LM, de 06-Nov-2008, através da qual o *Arq. Luís Matos* propôs o deferimento da pretensão/legalização da ampliação, com o que concorda a *Chefe de Divisão de Urbanismo e Ambiente*; 2) o agendamento do pedido para deliberação por parte da *Câmara Municipal*; propôs que, nos termos da alínea *a*), do n.º 5, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, fosse deferida

a pretensão do requerente *vide* informação técnica.-----

-----Interveio o senhor vereador José Armando Lopes questionando se as alterações do edificado sem a devida licença administrativa eram objecto de alguma sanção, ao que a senhora *Arq. Cristina* referiu que perante obras ilegais deveria ser aberto processo de contra-ordenação, porém a apresentação do pedido pela proprietária era atenuante.---

-----O senhor vereador Carlos Henrique Alves ausentou-se da reunião.-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Rui Andrez perguntando se com a deliberação que ora se discutia, as alterações efectuadas ficavam todas legalizadas, tendo a dirigente respondido afirmativamente.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor vice-presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----Os membros Carlos Tuta e Carlos Henrique Alves não participaram na votação.-----

-----**Ponto 2.1.2 – PROJECTOS DE ESPECIALIDADES**:-----

-----Pelas 11:47 horas, o edil retomou à reunião, reassumindo a direcção dos trabalhos.-----

-----**Ponto 2.1.2.1 – Proc.49/2007 – Alteração e ampliação de edifício e anexo existente para hospedaria com piscina – Orbit Software, Lda., Corte Pereiro, Monchique**:-----

-----O proponente, titular do pelouro das Obras Particulares, através de proposta apensa à acta [Anexo 10], considerando: 1) a apreciação técnica da *chefe de divisão de urbanismo e ambiente*, através da informação n.º RC 174, de 10-Nov, na qual propõe o deferimento dos projectos de especialidades do processo n.º 49/07; 2) o agendamento dos projectos para deliberação por parte da *Câmara Municipal*; propôs que, nos termos da alínea *a*), do n.º 5, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, fosse deferida a pretensão do requerente, de acordo com os pareceres técnicos.-----

-----Pelas 11:49 horas, regressou à reunião o senhor vereador Carlos Henrique Alves.---

-----Não havendo intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----**Ponto 2.1.2.2 – Proc.16/2008 – Instalação de estabelecimento de fabrico da pastelaria em construção existente – Carla Cristina Santos Correia Duarte Luz, EN 267, Marmeleite**:-----

-----O proponente, titular do pelouro das Obras Particulares, através de proposta apensa à acta [Anexo 11], considerando: 1) a apreciação técnica da *chefe de divisão de urbanismo e ambiente*, que através da informação n.º RC 170, de 07-Nov, propõe o deferimento dos projectos de especialidades do processo n.º 16/08; 2) o agendamento dos projectos para deliberação por parte da *Câmara Municipal*; propôs que, nos termos da alínea a), do n.º 5, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, fosse deferida a pretensão do requerente, de acordo com os pareceres técnicos.-----

-----Não havendo intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----Ponto 2.3 – **Apreciação e Deliberação de Propostas dos Membros:**-----

-----O senhor presidente introduziu o ponto:-----

-----**Ponto 2.3.1 – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PORTIMÃO PARA A ILUMINAÇÃO DECORATIVA DE NATAL’ 2008.**

EM ALFERCE, CASAIS, MARMELETE E MONCHIQUE [XXV.01/2008, de 28-Out] –

Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS):-----

-----O proponente, através de proposta apensa à acta [Anexo 12], e considerando que: 1) o documento entregue pela *Associação Comercial de Portimão* que se anexa intitulado «*Protocolo Iluminações decorativas de Natal na zona comercial*»; 2) a celebração de protocolos similares com a mesma entidade em anos anteriores; 3) o interesse municipal subjacente à realização do protocolo, no que concerne a assinalar da efeméride, bem como ao contributo para a dinamização do comércio local; propôs à *Câmara Municipal* que, nos termos da alínea l), do n.º 3, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, deliberasse celebrar protocolo com a *Associação Comercial de Portimão* para a instalação de iluminação decorativa no Natal de 2008, preconizando uma participação do *Município* no montante de € 65.900 (sessenta e cinco mil e novecentos euros).-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Rui Andrez inquirindo se aquando dos contactos com a *Associação Comercial de Portimão* tinham sido discutidos os problemas de 2007, nomeadamente ter sido colocada tardiamente em Marmelite e não ter funcionado. Alertou

também para que o concelho de Monchique não ficasse preterido relativamente aos outros, se não se ficava para o fim e na correlação de forças não fosse prejudicado.-----

-----Respondeu a senhora *Arq.* Cristina que tinham sido analisadas essas situação, assim como outros aspectos como era o caso da não colocação de luzes nas fachadas das igrejas, a pedido do pároco.-----

-----Interveio o senhor vereador Carlos Henrique Alves considerando que o processo adoptado era o mais simplificado e com mais satisfação do serviço, porém o que lhe parecia que se ficara preteridos em 2006 e 2007 e sem grande oportunidade, tinha sido na escolha dos modelos ou motivos das luzes, ao que a dirigente respondeu que tal se devia a se ter começado tarde a organizar o processo.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----Pelas 11:53 horas, foi dispensada a presença da dirigente.-----

-----**Ponto 2.3.2 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE** [XXIV.01/2008, de 28-Out] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS):-----

-----Os proponentes, através de proposta apensa à acta [Anexo 13], e considerando que: 1) entrou em vigor, em 01-Set, um novo regime jurídico do associativismo municipal, estabelecido pela Lei n.º 45/2008, de 27-Ago; 2) é obrigatória a aprovação dos estatutos pelas assembleias dos municípios na área da comunidade inter-municipal, impreterivelmente, até 29-Nov; 3) compete às câmaras municipais propor às assembleias a aprovação de estatutos das associações, federações ou entidades em que participe, no cumprimento da LAL; Considerando ainda: 4) o ofício ref.^a Sai-AMAL/ 2008/903, de 14-Out, da AMAL, recebido em 15-Out, sob o registo n.º 7.829; propôs que, nos termos da alínea *a*), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, em conjugação com a alínea *a*), do n.º 1, do artigo 38.º, da Lei n.º 45/2008, de 27-Ago, propor à Digm.^a *Assembleia Municipal* a aprovação dos *Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve*.-----

-----Interveio o senhor vereador Rui Andrez questionando quais eram as diferenças do anterior modelo para o novo, tendo o senhor presidente dito que havia algumas

diferenças ao nível das competências, começando aliás por alterar logo a designação da entidade, questões introduzidas pelo novo diploma.-----

-----Interveio o senhor vereador José Armando Lopes dizendo que não fazia muito sentido alterar só o nome da entidade, sem que se fizesse uma alteração mais profunda, tendo o senhor presidente respondido que advinha de uma alteração legislativa.-----

-----Perguntou o senhor vereador Rui Andrez se essa alteração legislativa tinha sido por vontade da *AMAL*, ao que o edil respondeu que era uma nova lei do associativismo municipal e que revogava as duas anteriores, de entre as quais a que se reportava às grandes áreas metropolitanas, como era o caso da *GAMAL*. Retomou o senhor vereador inquirindo se as regiões NUT não eram definidas pelas Comunidades Intermunicipais. Considerou que as zonas do interior ficavam prejudicadas. O edil disse que as NUT eram um conceito comunitário, no âmbito da UE, e que não era esse o objecto da proposta.-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Carlos Henrique Alves referindo que a *GAMAL* iria ser extinta e a *CIM* constituída com pelo menos nove municípios, perguntou se sete municípios não aprovassem os estatutos ficariam de fora. Disse que da experiência que tinha da antiga associação de municípios, a *AMAL*, os assuntos eram discutidos com a presença de 32 elementos, dois por cada município, em que todos os municípios tinham o mesmo peso. Lembrou que desde que fora criada a *GAMAL* a representação passou a ser proporcional ao número de cidadãos, sendo que os municípios com menos população ficaram com menos peso. Disse não saber as posições assumidas pelos representantes de Monchique e questionou se valeria a pena aderir à *CIM*, uma vez que o *Município* vinha sendo maltratado pela *AMAL*, conforme depreendia das palavras do edil.-----

-----Respondeu o senhor presidente que sem a delegação de competências as decisões da *AMAL* não tinham peso jurídico questão principal a reter no actual modelo. Disse que o que se verificou quanto a prejuízos causados a Monchique tinha sido ao nível de alguns projectos candidatos a financiamento comunitário que levados ao órgão de gestão foram delongados no tempo, como era o caso do *Centro Escolar de São Pedro*, assim como outras candidaturas ao Eixo 1 do *PROALGARVE*. Salientou ainda que o senhor presidente da *AMAL* dizia que falava em nome de todos os seus pares, quando o fazia sem os consultar e saber a opinião dos mesmos. Referiu que a contratualização das

candidaturas seria feita no órgão executivo sendo necessário o consenso e que para todas as competências da entidade teria que haver delegação por parte das câmaras.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----**Ponto 2.3.3 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ÀS ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE MONCHIQUE E ARROIO/PORTELA DA VIÚVA [XXIV.04/2008, de 28-Out] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS):-----**

-----O proponente, através de proposta apensa à acta [Anexo 14], e considerando: 1) a informação ref.^a Div PDL/SMLM/I-36/N03, de 02-Out; 2) a competência conferida às câmaras municipais, no âmbito de actividades de interesse municipal a entidades e a acções de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; propôs que, ao abrigo das alíneas *a)* e *b)*, do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, em conjugação com artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 05-Ago, fosse aprovado propor à *Assembleia Municipal* autorizar a adesão do *Município* à *ZIF de Monchique* e à *ZIF de Arroio/Portela da Viúva*.-----

-----Compareceu à reunião, pelas 12:20 horas, o senhor *Eng.º Téc. Vidigal*, presidente da *ASPAFLOBAL* que explanou o conceito de *ZIF*, salientando as vantagens das mesmas.--

-----O senhor vereador Carlos Henrique Alves esclareceu quais foram as suas dúvidas. Disse não saber quais eram as acções que estavam em curso por parte da associação e qual o seu ponto de situação. Disse acreditar que as *ZIF* permitiriam o ordenamento, porém os proprietários não teriam peso igual. Entendeu que a *Câmara* deveria ser a defensora dos pequenos proprietários, ao invés de estar a aderir, e, que se as pessoas podiam beneficiar com a sua adesão, então que houvesse outra intervenção junto da população.-----

-----O senhor vereador Rui Andrez usou da palavra dizendo que na discussão da proposta, na reunião anterior, ficara com a ideia que no âmbito da *ZIF* as decisões do órgão executivo incidiriam também no interior dos prédios, ao que o senhor presidente da *ASPAFLOBAL* interrompeu dizendo que as *ZIF* geriam apenas as áreas comuns e que as empresas de celulose eram importantes no terreno e no âmbito daquelas organizações porque as faziam funcionar melhor. Aditou que, não obstante as *ZIF* não interferirem no interior dos prédios, os proprietários não poderiam ter acções nas suas propriedades que

contrariassem os *Planos de Gestão Florestal*, que eram aprovados pela *Comissão Municipal de Defesa da Floresta*. Defendeu que a *ASPAFLOBAL* vivia das candidaturas que apresentava e que desenvolvia um bom e útil trabalho no concelho, tendo em funcionamento a brigada de sapadores e o gabinete de apoio ao proprietário. Rematou que sem apoio, e em especial do *Município*, seria impossível prosseguir aquelas acções.-

-----O senhor Vereador Rui Andrez agradeceu a explicação técnica e informou estar esclarecido daquele ponto de vista, mas politicamente tinha algumas críticas a apontar. Verificara que o Município seria um parceiro atractivo e daí o interesse da *ASPAFLOBAL*. Terminando, lamentou que o edil não informasse cabalmente o órgão, nomeadamente sobre as acções e funcionamento do gabinete de apoio e da comissão municipal.-----

-----O senhor vereador José Armando Lopes felicitou a discussão e disse que a filosofia subjacente às *ZIF* estava correcta e que a prevenção dos incêndios também se fazia pelo modelo de ordenamento do território, todavia ao longo dos anos fora introduzido o eucalipto e as celuloses tinham acautelado os seus objectivos económicos. Defendeu a biodiversidade como elemento importante na floresta. Questionou se os outros concelhos também tinham criado *ZIFs*. Respondeu o senhor Vigidal que as Freguesias potenciavam a criação de associações florestais com vista à criação de *ZIFs*; Aljezur, Lagos e Vila do Bispo já tinham toda a área florestal coberta, disse. Aditou que no concelho de Silves estava estabelecida uma associação que tinha uma *ZIF* que apanhava parte da freguesia de Alferce. Apontou que Monchique e Portimão era onde o processo estava mais atrasado. Terminando disse que o *Município de Monchique* tinha sido aquele que mais investiu na floresta e era pena que aquele processo estivesse tão atrasado. Referiu que tinha sido político no *Município* e que apesar das divergências pessoais e políticas com o senhor presidente, sempre houvera um bom trabalho no âmbito da Floresta.-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Carlos Henrique Alves dizendo que não estava esclarecido. Reiterou que apesar da opinião de que as celuloses não eram más, entendia que os pequenos proprietários deviam ser defendidos. Perguntou qual era o horário de funcionamento do gabinete e quantas pessoas de Monchique estavam lá, ao que o senhor Vidigal disse que estava aberto ao público, às terças e quintas-feiras, como combinado, não se justificando estar lá permanentemente pois havia contactos com os proprietários.

Entendeu que logo que fosse divulgada a criação da *ZIF* era natural que crescesse o número de utentes. Retomou o senhor vereador que sendo a *ZIF* benéfica para todos então deveria promover-se uma reunião entre a associação, as freguesias e a *Câmara*. Criticou que às reuniões do órgão nunca foram apresentadas informações sobre a *Comissão Municipal* ou da *ASPAFLOBAL*.-----

-----Advertiu o edil que o objecto da proposta não impedia que se promovesse aquela reunião posteriormente. Disse que sempre informou sobre a matéria e lembrou que numa reunião que marcara entre o órgão e a *ASPAFLOBAL*, em que os membros desta já estavam a caminho, os vereadores se tinham ido embora, pelo que fora cancelada. Reagiu o senhor vereador Carlos Henrique Alves dizendo que o edil não queria reunir com as pessoas. O senhor Vidigal esclareceu que já tinha promovido várias sessões públicas e que toda a gente podia ter ido, ao que o edil disse que o *Município* ao aderir assumiria também a responsabilidade de promover a divulgação daquela matéria.-----

-----Insurgiu-se o senhor vereador Rui Andrez que era por culpa do edil que não havia consensos e que não queria encarar a *ASPAFLOBAL* como um parceiro estratégico.-----

-----O senhor vereador Rui Andrez perguntou se o regulamento da *ZIF* era aprovado aquando da constituição, tendo o senhor Vidigal esclareceu que era antes dessa fase, pois a candidatura era um processo e a constituição era outro e posterior. Aitou o edil que o plano de acção é que era elaborado após a constituição. Retomou o senhor vereador que o *Município* enquanto fundador devia ser ouvido na elaboração do regulamento.-----

-----Interveio o senhor vereador Carlos Henrique Alves dizendo que na floresta era fácil encontrar consensos e que as pessoas gostavam de participar naquelas discussões, ao que o senhor Vidigal apontou que a urgência e a oportunidade estavam no *timing*, pois a candidatura teria que ser em Fevereiro e que o *Município* funcionaria como alavanca.-----

-----Usou da palavra o senhor vice-presidente sugerindo que à margem da daquela deliberação, a *ASPAFLOBAL* promovesse uma sessão de esclarecimento para todos os autarcas do concelho. A sugestão foi aceite, tendo o edil sugerido que a mesma ocorresse em Janeiro de 2009. Considerou o senhor vereador que devia ser a *Câmara Municipal* a patrocinar o evento e a convidar os participantes.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor presidente colocou a proposta a votação,

tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----**Ponto 2.3.4 – ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS LOJAS DE COMÉRCIO LOCAL, ENTRE 20-NOV E 31-DEZ [XXIV.04/2008, de 18-Dez] – Proposta do presidente, Carlos Tuta (PS):**-----

-----O proponente através de proposta apensa à acta [Anexo 15], e atendendo ao pedido efectuado pela *ACRAL (Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve)*, com sede na Rua Dr. José de Matos, Edf. Platina, Loja A, em Faro, de autorização para a abertura das lojas do comércio local do concelho de Monchique, com horário alargado, entre 20-Nov e até 31-Dez, do corrente ano, incluindo Feriados, Sábados à tarde e Domingos, das 9:30 às 22:00 horas, propôs que a *Câmara Municipal*, nos termos do disposto no artigo 10.º, do *Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais*, publicado no *Diário da República, II Série*, n.º 35, de 11-Fev-1997, deferisse a pretensão da requerente.-----

-----Não havendo quaisquer intervenções, o edil colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por unanimidade.-----

-----**PONTO III: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Não se verificou qualquer intervenção, em virtude da inexistência de público.-----

-----**Aprovação em minuta:** A acta foi APROVADA EM MINUTA no que respeita à votação sobre os assuntos constantes do ponto II, conforme proposto.-----

-----**Encerramento:** o senhor presidente deu por encerrada a reunião pelas 13:55 horas e para constar se lavrou a presente acta, qual vai ser assinada por ele e por mim, VICTOR MANUEL DOS SANTOS CORREIA, que a secretariei.-----

-----O Presidente da Câmara

-----O Secretário